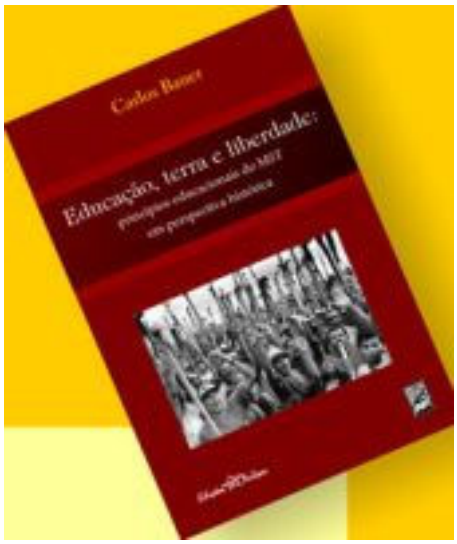

BAUER, Carlos. **Educação, terra e liberdade: princípios educacionais do MST em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora Pulsar; Xamã, 2010.

Contato: Magali Bueno, email: <magalifbueno@hotmail.com>. Os recursos arrecadados com a venda serão doados à **Escola Nacional de Formação Florestan Fernandes** do MST.

Prefácio

Maria da Glória Gohn*

Este livro é resultado de um programa de pós-doutorado desenvolvido por Carlos Bauer junto ao Núcleo de Estudos sobre Movimentos Sociais, Educação e Cidadania (Gemdec) da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) entre 2004 e 2005. Dentre as atividades realizadas, a principal delas foi um projeto de pesquisa sobre a educação junto aos assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST). Na ocasião, seu interesse específico era a área da formação de educadores para o movimento. Bauer faz parte de um núcleo de história e teoria da profissão docente e do educador social na Universidade Nove de Julho (Uninove/SP) e propôs estudar, nos cursos desenvolvidos pelo MST, o material pedagógico utilizado, seus pressupostos filosóficos, as teorias que alicerçam seus programas e seus planos curriculares.

Na primeira etapa do estudo, Bauer fez um levantamento de livros, teses e dissertações já realizadas sobre o tema da educação no MST, assim como os materiais pedagógicos desenvolvidos pelo próprio movimento. Do material encontrado, selecionou algumas teses e livros e reconstituiu o processo educativo do MST na educação formal, escolar, e não-formal, extra-escolar (principalmente para a formação de lideranças). Este material possibilitou ao autor sistematizar elaborações próprias e produzir novos conhecimentos sobre o MST, sobre seu processo educativo e outras temáticas e problemáticas pertinentes.

Sendo o professor Bauer um historiador, inicialmente localizou seu objeto de estudo na história da crise agrária na América Latina, título principal de seu texto. Educação, terra e liberdade: perspectivas e princípios educacionais do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) no Brasil contemporâneo foi o foco do conjunto da obra que, agora, aparece publicada com o nome *Educação, terra e liberdade: princípios educacionais do MST em perspectiva histórica.*

O resultado da pesquisa, ora apresentado neste livro, certamente será muito útil para outros pesquisadores, dado o balanço de temas e problemas que Carlos Bauer recortou

* **MARIA DA GLÓRIA GOHN** é Professora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professora titular do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Nove de Julho (Uninove). Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

nas pesquisas realizadas. Considerando a importância das lutas pela terra no Brasil e na América Latina na atualidade, não poderíamos deixar de registrar neste momento algumas considerações sobre o sujeito protagonista principal do livro que ora Bauer traz à luz, ou seja, o próprio MST.

Educação, Terra e Liberdade

Sabemos que no campo dos movimentos sociais rurais a organização popular cresceu bastante a partir dos anos 1990. Pesquisas recentes indicam a existência de mais de 80 movimentos rurais no Brasil no início deste novo milênio. Dentre os inúmeros movimentos de sem-terra criados, o mais expressivo é o MST. Ele se destaca em termos nacionais, como no plano internacional, via um eficiente trabalho de mídia e *marketing* político de suas demandas pela reforma agrária, bandeiras e místicas.

O MST busca construir uma identidade cultural nova aos sem-terra, basea da no modelo cooperativo/coletivo. Os sem-terra têm suas raízes e tradições, que fundamentam e balizam suas visões de mundo e comportamentos. A categoria teórica frame[1] é apropriada para entendermos a identidade do MST, pois diz respeito aos marcos referenciais estratégicos do movimento, aquele conjunto composto de significados e entendimentos comuns compartilhados pelo grupo. Assim, os *frames* do MST – dados pelos símbolos culturais e ideológicos construídos pelo movimento – têm como marcos referenciais um modelo (dado pelo pobre/excluído/sem-terra), e o agenciamento destes *frames* é feito pelas estruturas organizativas do movimento, que criam um sujeito singular: sempre de boné vermelho e camiseta branca com o emblema do movimento, foices e enxadas. Os ícones emblemáticos conferem uma identidade àqueles sujeitos que os diferenciam das outras categorias de pobres e igualmente excluídos do campo.

O MST é um ator político porque atribui qualidade aos atores sociais que compõem suas bases, ao inseri-los num plano que vai além da luta pelo acesso à terra, que é a luta pela democracia, pela igualdade, contra a exclusão. Ele se formou ao redor de uma identidade – ser sem-terra – e luta para alterar a qualidade desta identidade, passando a ser um com-terra. Mas, ao buscar esta reversão, atinge eixos centrais nas relações capitalistas, referentes à propriedade. O grande problema é que ele quer ser um com-terra, um "igual", sem passar pela pelo funil divisório que é a compra. Quer o acesso à terra pela posse com direitos iguais aos que detêm sua propriedade e com isto perturba a lógica e a ordem das relações demarcadas na sociedade. Por isto ele é um agente de tensão contínua, tem uma face inovadora e outra perturbadora à ordem dominante.

Existe, entretanto, um outro ponto fundamental no MST a que poucos analistas têm atentado. Trata-se do fato de ele ter mudado a pauta de reivindicações dos trabalhadores brasileiros, criando algo mais adequado ao mundo globalizado em que vivemos.

As reivindicações clássicas dos trabalhadores desde o século XIX diziam respeito a salários e jornada de trabalho. O MST introduziu uma nova agenda à pauta já tradicional dos trabalhadores rurais (de acesso à terra para nela morar e produzir), composta de três novas reivindicações: 1) acesso ao crédito, numa política de democratização da propriedade, 2) apoio técnico aos assentamentos e 3) organização do trabalho em cooperativas de produção. As duas reivindicações iniciais (terra e moradia)

[1] O conceito de *frame* foi utilizado intensamente por Sidney Tarrow (**Power in movement.** Cambridge, UK: University of Cambridge, 1994), sendo criado anteriormente por Erving Goffman (**Frame analysis.** Cambridge, Mass: Harvard University, 1974).

são clássicas na luta das camadas populares. Mas as três últimas (crédito, suporte tecnológico e trabalho cooperado) são atuais, modernas, pois buscam saídas para o emprego no meio rural, na produção de gêneros de primeira necessidade que podem minorar o problema da fome no país, com baixo custo econômico e perspectiva de melhoria na produtividade a médio e longo prazo. Além disso, o acesso ao crédito incide sobre um setor crucial do capitalismo contemporâneo que é o sistema financeiro.

Ao final dos anos 1990 e início do novo milênio houve um deslocamento do foco da luta no MST. Passou-se a lutar contra o modelo de reforma agrária de mercado (MRAM) do Banco Mundial, implementado nos anos 1990 e com continuidade até a atualidade. Segundo alguns analistas, a luta contra o MRAM não mais aglutina o conjunto de entidades de representação do campesinato pobre contra as políticas liberais. E mesmo aqueles movimentos que são contrários a ele, como é o caso da Via Campesina, relegaram esse embate a um plano secundário, por entenderem que a contradição principal no meio rural brasileiro hoje está entre o grande "agronegócio" exportador e os trabalhadores rurais sem-terra, e não entre a desapropriação e o crédito fundiário.

Entre 1985 a 2007 o MST realizou cinco congressos nacionais. O quinto realizou-se em Brasília em junho de 2007, tendo como lema "Reforma Agrária: por Justiça Social e Soberania Popular", e contou com 17.500 participantes do campo de 24 estados do Brasil, além de 181 convidados internacionais represen tando 21 organizações camponesas de 31 países. Ao final do quinto congresso elaborou-se um programa agrário e uma carta proposta/carta do congresso. Nos documentos, o MST reafirma bandeiras já históricas dos sem-terra, faz críticas àlentidão governamental na questão da reforma agrária e incorpora demandas de outros segmentos sociais excluídos que também vivem no campo ou em aldeias, como os indígenas e os quilombolas, além de defender causas de ambientalistas no que tange às florestas, águas e à defesa do meio ambiente em geral.

O quinto congresso reafirmou as posições acima destacadas sobre suas bandeiras de luta ao afirmar:

> Da forma como o campo está estruturado hoje, não há mais lugar para o camponês. O campo se transformou em um território de produção de matéria-prima para a exportação, produção essa fundamentada no mono cultivo em grande escala, no uso intensivo de máquinas e agrotóxicos – que expulsam mão-de-obra e agridem o meio ambiente – e bancada pelo capital financeiro internacional. O agronegócio, como ficou conhecido esse modelo, é hoje o grande entrave à reforma agrária defendida por nós do MST e pelos movimentos sociais da Via Campesina.[2]

E o MST concluiu:

> [...] está explícito o sonho e a luta daqueles que acreditam que só poderá haver justiça social se houver uma ampla reforma agrária, que possibilite a democratização do acesso à terra e a eliminação da pobreza do campo. Além disso, para que um povo possa se reconhecer soberano, ele deve exercer o controle sobre sua produção, de alimentos e de energia, para que esses possam cumprir suas funções sociais, em benefício do próprio

[2] MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (2007). **Balanço do V Congresso Nacional do MST.** Brasília, DF, 21 jun. 2007. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/4267>. Acesso em: 21 dez. 2008.

> povo, e não para gerar lucros a poucos acionistas dos grandes bancos e empresas transnacionais.[3]

No governo Lula, o MST busca redefinir suas ações e vive grandes contradições. De um lado, apoiou a eleição e a reeleição deste presidente; de outro, está em desacordo com as políticas e as prioridades econômicas adotadas pelo governo, denuncia e questiona o não-cumprimento de metas em relação à questão agrária, discorda do modelo de reforma agrária que vem sendo implementado pelo governo, etc. Por isso, o número de ocupações na primeira gestão de Lula superou em média o da gestão anterior, do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. É bom recordar que o MST não fica apenas nas demandas econômicas, ou no simples acesso à terra: ele quer a terra e condições de apoio econômico para viver nela, com infra-estrutura moderna em outras áreas básicas do cotidiano, como escolas, saúde, postos de comercialização, etc. O movimento desenvolveu também um método próprio na área da Educação, tanto para as crianças como para a formação de professores.

A proposta de reforma agrária do MST assenta-se em quatro pilares: a demo cratização do acesso à terra, combatendo-se a elevada concentração existente (segundo dados do MST, 1% da população é dona de 46% das terras brasileiras e apenas 60 milhões de hectares destinam-se à lavoura, dos 360 milhões aptos para a agricultura no país); o desenvolvimento e ampliação da agroindústria local, que não precisa ser uma grande fábrica, pode ser um conjunto de pequenas comunidades de produtores; a educação, em todos os níveis e não só a alfabetização (principalmente o conhecimento tecnológico local, a formação dos jovens como técnicos, etc.); e a mudança do modelo tecnológico agrícola existente no Brasil, baseado em oligopólios e nas multinacionais, para um modelo que considere, além do problema social da fome e do desemprego, as especificidades da natureza, um modelo não-predatório e que tenha compromisso com as gerações futuras.

São várias as transformações que o MST tem promovido na cultura política dominante no país em relação às representações que a sociedade tinha a respeito da reforma agrária, "obrigando" os governantes a colocarem em pauta a questão rural; mas ele têm tido dificuldade para tratar com a própria mudança cultural interna dos assentados. Os conflitos internos não se limitam à fase do acampamen to, mas se estendem aos assentamentos e muitas vezes levam à desarticulação do grupo, gerando dissidências internas.

O MST não tem o radicalismo de esquerda presente em outros grupos latino-americanos como os do Peru (Sendero Luminoso, Tupac-Amaru), nem a identidade dada pelos vínculos étnico-culturais dos zapatistas de Chiapas, no México, ou dos aymaras da Bolívia. Ele se define e criou sua identidade por uma ausência: ser sem-terra. Criou também ícones emblemáticos para esta identidade, que se materializam nos bonés e nas bandeiras vermelhas, como já apontado. O movimento tem um modelo de reforma agrária moderno, que inova a pauta de reivindicações dos trabalhadores ao introduzir na agenda questões relativas ao acesso e democratização do crédito, conforme destacamos acima, assim como tem contribuindo para a publicização da esfera público-estatal. Mas seu modelo de reforma agrária tem encontrado muitas dificuldades e barreiras para aceitação na atual conjuntura das políticas neoliberais, de desregulamentação do papel

[3] MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (2007).

do Estado na economia. Trata-se de um modelo que depende de fundos públicos para desapropriar áreas, auxílio a implantação dos assentamentos, etc.

O tema da educação, destacado neste livro de Carlos Bauer, continua recebendo atenção do MST que destacou no quinto congresso a necessidade de investir em educação e em comunicação. O documento final de 2007 preconizou:

> Lutar para que a classe trabalhadora tenha acesso ao ensino fundamental, escola de nível médio e a universidade pública, gratuita e de qualidade.
>
> Desenvolver diferentes formas de campanhas e programas para eliminar o analfabetismo no meio rural e na cidade, com uma orientação pedagógica transformadora.
>
> Lutar para que cada assentamento ou comunidade do interior tenha seus próprios meios de comunicação popular, como por exemplo, rádios comunitárias e livres. Lutar pela democratização de todos os meios de comunicação da sociedade contribuindo para a formação da consciência política e a valorização da cultura do povo.[4]

[4] MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Carta do 5º Congresso Nacional do MST.** Brasília, DF, 15 jun. 2007. Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/872>. Acesso em: 21 dez. 2008.